INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

YAGO RODRIGUES DE JESUS WAQUIM

O EXERCÍCIO DA *VIRTÚ* NA OBRA *O PRÍNCIPE*, DE MAQUIAVEL

Teresina

2017

YAGO RODRIGUES DE JESUS WAQUIM

O EXERCÍCIO DA *VIRTÚ* NA OBRA *O PRÍNCIPE*, DE MAQUIAVEL

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí para a obtenção do grau de licenciado, sob orientação da Profª. Elisângela Amaral Soares Osório.

Cód. 5825
100
W111e
Ex.01

Teresina

2017

I.C.E.P.I. - Biblioteca
13087 10/10/19

YAGO RODRIGUES DE JESUS WAQUIM

O EXERCÍCIO DA *VIRTÚ* NA OBRA *O PRÍNCIPE*, DE MAQUIAVEL

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
Curso de Licenciatura em Filosofia

Data de aprovação: _____ de _____ de 2017

_____

Profª. Mestra Elisângela Amaral Soares Osório
Universidade Federal do Piauí

_____

Profª. Doutora Ana Beatriz Seraine
Universidade Federal do Piauí

_____

Prof. Doutor Raimundo Júnior
Universidade Federal do Piauí

AGRADECIMENTO

Minha gratidão a Deus, pela imensa graça que dispensou durante os três anos de caminhada pela Filosofia, pois sem o auxílio divino o esforço humano de nada valeria.

Agradeço a meu pai, José Waquim Filho, e à minha mãe, Edna de Jesus Rodrigues (*in memorian)* por me trazerem ao mundo e empregarem todo amor e carinho à minha formação humana e intelectual.

Grato pelo apoio de minha família, a base do desenvolvimento integral do ser.

Agradeço a todo o corpo docente do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí-ICESPI pelo empenho em conduzir-me pelas estradas da reflexão filosófica.

Minha gratidão a meu arcebispo, Dom Jacinto Furtado de Brito Sobrinho, pela atenção e incentivo dispensado à formação de seus seminaristas da Arquidiocese de Teresina.

Agradeço a meu pároco padre Antônio Soares Batista (padre Tony) pelo seu zelo e apoio à minha formação. Que o Senhor o conceda todas as graças necessárias para o exercício do sagrado ministério.

Grato a todos os meus formadores por serem setas que apontam as trilhas da jornada de configuração a Cristo Bom Pastor na caminhada seminarística rumo ao sacerdócio.

Minha gratidão a todos os sacerdotes que ao longo desses anos tive a graça de conhecer e conviver durante os estágios pastorais e, com suas orações e incentivo me auxiliaram no seguimento dessa importante etapa.

Grato a meus irmãos de caminhada vocacional no seminário pela convivência fraterna, que é fonte de aprendizado e maturidade.

Agradeço, enfim, a todos os meus amigos e amigas que, de alguma forma, apoiam meus passos na vocação sacerdotal.

Do mais profundo do meu ser!

Aos meus pais, com muito amor.

A todos os que se dedicam à reflexão sobre a ação política.

"O sábio pode governar as estrelas e o destino".

Nicolau Maquiavel

RESUMO

O presente trabalho o objetivo analisar a prática do conceito de *Virtú* na obra prima de Nicolau Maquiavel, *O príncipe*. Maquiavel, nascido em Florença, Itália, no ano de 1469, no contexto o humanismo renascentista que exerceu grande influência na sua formação intelectual e, consequentemente na construção de seu pensamento político. Exercendo o cargo de secretário da Segunda Chancelaria florentina acumulou experiência com a vida pública que tanto o fascinava. O contato com os bastidores da política italiana e internacional o ajudou a elaborar uma nova visão do exercício e manutenção do poder na qual o conceito de *Virtú* possui papel fundamental. Para que objetivo proposto fosse alcançado estruturamos o trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo trataremos da contextualização histórica do autor e obra, no segundo veremos os conceitos de *Virtú* segundo o pensamento maquiaveliano e no terceiro trabalharemos os aspectos da prática da *Virtú* no exercício do poder pelo príncipe que deseja ser bem sucedido em seu governo.

Palavras-chave: O príncipe, Maquiavel, *Virtú*, *Fortuna.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DE *O PRÍNCIPE*, DE MAQUIAVEL 10

2.1 O Renascimento 10

2.2 A Itália renascentista 15

2.3 A obra 18

3.0 FORTUNA E *VIRTÚ* EM *O PRÍNCIPE* 23

3.1 A deusa Fortuna 23

3.2 A ressignificação do conceito de *Fortuna* 24

3.3 A *Virtú* no agir político do príncipe 28

4 A VIRTÚ NA PRÁTICA DO GOVERNANTE 31

4.1 O governante ideal 31

4.2 A demonstração da *Virtú* em César Bórgia 34

4.3 A flexibilidade do príncipe de *Virtú* 39

CONCLUSÃO 42

REFERÊNCIAS 43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo tentar analisar a prática do governante de *Virtú* a partir da obra *O Príncipe* (1979) de Nicolau Maquiavel. Nesta, através dos feitos dos grandes personagens da Antiguidade e de sua época, o secretário florentino analisa os conceitos de *Virtú* juntamente com o de *Fortuna*, essenciais na compreensão de sua proposta de ação ao príncipe (como é chamado o governante na obra) que deseja ser bem sucedido. Orientando-se pela *verdade efetiva das coisas* o governante dotado de *Virtú* percebe a tempo os reveses da *Fortuna* e adequa seus planos de forma que assim, obtenha e conserve o poder, adquira honra e glória, garanta a estabilidade do Estado e o bem de seus súditos.

Natural de Florença, Maquiavel (1469-1527) através de seu pensamento inaugurou um novo conceito da arte de governar no contexto do Renascimento na Europa. Até então a influência da visão aristotélica identificava o campo da Ética com o da Política fazendo com que essa última fosse estudada pelo que deveria ser. Segundo ele, o bem do homem é o bem da cidade, não havendo distinção entre a prática privada e pública da virtude. Tomás de Aquino (1225-1274), cristianizou e propagou a filosofia do Estagirita junto à Igreja, que detinha influência em toda a sociedade medieval e reforçava a propagação desse ideário, interferindo assim nos negócios públicos. É através do pensador florentino que a condução do Estado ganha autonomia, desvinculando-se de todo e qualquer condicionamento externo (seja religioso, ético etc). Inicia-se a "política pela política", contrapondo ao ideal cristão-aristotélico de submissão a uma Ética comum. Ocupando o cargo de secretário da Segunda Chancelaria da República florentina teve a chance de observar as relações de poder nos diversos lugares em que passou em missão, seja no próprio país, a Itália, seja no exterior, o que lhe garantiu experiência e o ajudou a construir uma nova perspectiva política cujo fim é a obtenção e conservação do poder.

Preso a mando dos Médici, poderosa família aristocrata italiana, por suspeita de conspiração, afastado da vida pública, Maquiavel passa seus últimos anos numa casa de campo na comuna[1] de San Casciano próximo à cidade natal. É nesse período que ele se dedica à escrita de *De Principatibus* ou como ficou conhecido, *O Príncipe*. Composta por 26 capítulos, a obra foi um presente a Lourenço II Médici, membro da poderosa família italiana dos Médici que naquele momento detinha o governo da cidade, com o propósito de conquistar seus favores e assim retornar à ação política que tanto o agradava. Mas seu gesto foi em vão:

[1] No contexto histórico de Maquiavel, é toda cidade medieval emancipada que passou a governar-se.

Lourenço não se empolgou pela obra e o autor florentino seguiu sua vida frustrado em seu desejo de retorno às glórias do passado de secretário da Segunda Chancelaria. *O príncipe* foi publicado postumamente.

Maquiavel talvez não imaginou o impacto que seu livro causaria na compreensão do perfil do governante nas gerações seguintes. Esse trabalho sobre a obra-prima de Maquiavel, amparado pela palavra de alguns comentadores, como Bignotto e Skinner, nos leva a refletir sobre a utilidade do conceito de *Virtú* segundo Maquiavel na prática política de ontem e hoje, oxalá na vida de cada cidadão, na medida em que instigue as pessoas a tomarem decisões adequadas levando em conta as consequências para a vida humana.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DE *O PRÍNCIPE*, DE MAQUIAVEL

2.1 O RENASCIMENTO E A VIRADA DO PENSAMENTO ÉTICO

No seu *Dicionário de Filosofia*, Abbagnano nos traz o conceito de Renascimento, ou Renascença: "Designa-se com este termo o movimento literário, artístico e filosófico que começa no fim do século XIV e vai até o fim do século XVI, difundindo-se da Itália para os outros países da Europa [...]." (ABBAGNANO, 2007, p. 1006)

O Renascimento marca o término da Idade Média e o início da Idade Moderna, abrangendo a política e religião, assim como a filosofia, a ciência, a arte, a moral e toda a cultura em geral. O século XV contemplou o nascimento e desenvolvimento da Renascença italiana. Já no término desse século e durante o século XVI esse importante movimento, expressão de um novo ideário, de uma nova sensibilidade e de novos ideais humanos se propagou pelo norte da Europa, sobretudo França, Inglaterra, Países Baixos e a Renânia, levando por novas vias a cultura ocidental como um todo.

De acordo com um paradigma histórico popularizado no século XIX por grandes historiadores e pensadores tentou apresentar a cultura renascentista como um rompimento intencional e radical com a cultura cristã-medieval e como um manifesto do projeto histórico de instauração de uma espécie nova de humanidade, inspirado nos modelos clássicos da Antiguidade greco-latina. Segundo essa interpretação o Renascimento seria a tentativa de retomada dos valores e ideais da civilização antiga, após a lacuna de trevas do Medievo. Os avanços da investigação da História nos mostraram a fragilidade e o simplismo extraordinário dessa chave de leitura de um fenômeno tão complexo como foi o da Renascença. De fato, a leitura mais atenta das fontes e sua interpretação mais cuidadosa aos condicionamentos históricos, culturais e conjunturais da concepção de uma nova visão de mundo e das manifestações literárias e filosóficas a eles correspondentes levaram a um destaque maior sobre a continuidade que se tornou clara entre a cultura medieval e a cultura renascentista, na proporção que algumas idéias fundamentais e os parâmetros teóricos que irão compor a face histórico-cultural do Renascimento começam a se constituir a partir do século XII. Isso ocorre com a idéia do Humanismo[2] e o seu ideal de *humanitas*.

---

[2] Movimento de caráter educacional cujos agentes (os humanistas) buscavam revitalizar os estudos nas áreas de humanidades, incluindo Poesia, Filosofia, História, Matemática e Eloquência. Tais estudos requeriam conhecimento de latim, grego, árabe, aramaico e hebraico, conduzindo o humanista ao estudo dos textos e autores da Antiguidade Clássica. Tal foi a educação recebida por Maquiavel e que influenciou a sua carreira e

> A inegável genialidade inovadora dos homens da Renascença trabalha, pois, primariamente, o solo de uma longa tradição cultural no qual vivem e no qual se alimentam, que é a tradição cultural cristã [...]. É mesmo possível interpretar a Renascença, numa das suas tendências fundamentais encarnadas, por exemplo, no humanismo erasmiano, como uma tentativa de retomar em novos tempos e novas condições, o projeto de harmonização entre Antiguidade clássica e Cristianismo que caracterizou a primeira cultura cristã. (VAZ, 2002, p.259)

Contudo, se a continuidade entre Idade Média e Renascença se firma sobre o mesmo lugar de cultura cristã, e se algumas das idéias norteadoras da Renascença começam a formar-se em pleno Medievo, é preciso levar em consideração, por outro lado, a profunda descontinuidade que se torna aguda entre dois universos culturais que irão significar épocas sucessivas e bem diferenciadas na cronologia da cultura do Ocidente. A cultura filosófica renascentista apresenta dois rostos bem distintos: o primeiro prolonga, de algum modo, a tradição filosófica medieval pondo-se sob a proteção dos grandes fundadores das escolas da filosofia antiga, Platão e Aristóteles; o segundo, que pode ser considerado propriamente a filosofia do Humanismo, inova de modo profundo a definição clássica-medieval de filosofia, integrando no rol dos *studia humanitatis* uma nova idéia e uma nova práxis na filosofia.

Enquanto a tradição platônica e a aristotélica permaneceram vivas e vigorosas durante a Renascença, a conciliação entre elas foi permaneceu como tema recorrente. A outra vertente filosófica é oriunda da tradição do humanismo literário, cujo mentor inconteste era o latino Marco Túlio Cícero, o modelo mais alto e mais imitado da prosa renascentista e mestre indiscutível dos *studia humanitatis*. A filosofia aqui se integra num *corpus* novo de conhecimentos diferentes do *corpus* medieval e dos tradicionais *trivium* e *quadrivium*. Entende-se a filosofia aqui na sua significação prática, quer dizer, de reflexão moral e ensinamento para a vida , perdendo seu interesse , nessa perspectiva, as especulações física e metafísica das tradições platônico-aristotélica. É no interior da moral propriamente renascentista tributárias das idéias de *homem universal* e *tolerância* bebidas da obra de Nicolau de Cusa e em estreita ligação com os ideais e do projeto educacional dos humanistas que acontece a lenta mas crucial passagem da natureza à cultura como pólo organizador da vida ética. Com efeito, o *homo humanus* do Humanismo é o homem cultivado, sobretudo pela prática da *sapientia*[3] possibilitada pela aquisição de uma grande cultura de base literária.

---

contribuiu para a construção do seu pensamento político.

[3] Conceito ciceroniano para a reflexão moral.

> Paralelamente à constituição de um espaço conceptual autônomo para o exercício da reflexão moral, faz sua aparição um novo conceito de *política* em ruptura com a concepção aristotélica da Política em sentido amplo, compreendendo a Ética, a Economia e a Política propriamente dita [...]. A nova doutrina política, concebida em contraposição às doutrinas clássicas aristotélica e medieval é, fundamentalmente, um "discurso do poder", cuja legitimação reside no seu êxito e na glória que o acompanha. (VAZ, 2002, p.265)

Tal é o pensamento expresso na obra em estudo, *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, que contribuiu grandemente para fundar a Política moderna no seu formato autônomo com relação à Ética, destacadamente pela construção do agir político independentemente do critério da bondade ou maldade intrínseca das ações do governante.

> Se é evidente que não podemos dirigir-nos diretamente senão aos homens de nosso tempo, os humanistas descobriram que a troca de idéias com os homens do passado é tão fundamental à vida cívica quanto um discurso pronunciado em uma assembleia. Essa volta aos textos do passado exigiu a elaboração de um método que evitasse as armadilhas das interpretações medievais, marcadas pela idéia de que os tesouros da Antiguidade nada mais eram do que um etapa no longo caminho de elaboração do conhecimento. Quando Petrarca, usando dos recursos fornecidos pela gramática e pela filologia, escrevia cartas a Cícero e propunha novas leituras de seus escritos, ele não o fazia simplesmente por gosto literário, mas porque essa "comunicação" com o passado era fonte de uma nova visão política. (BIGNOTTO, 1991, p. 15)

É nesse espírito que deve ser entendida a imitação dos antigos, que se mostrou o incentivo mais eficaz para que os homens encontrassem, recriassem e renovassem a si mesmos. Vejamos os reflexos desse ideal no pensamento político de Maquiavel.

> Maquiavel não está preocupado com a forma como os homens vivem apenas com o intuito de descrevê-la; sua intenção é, antes, com base no conhecimento de como os homens vivem, ensinar os príncipes como devem governar e até mesmo como devem viver. Desta maneira, Maquiavel reescreve, por assim dizer, a Ética de Aristóteles. Até certo ponto, admite que é verdadeiro o ensino tradicional; os homens são obrigados a viver de modo virtuoso o sentido aristotélico. Mas nega que a vida virtuosa seja feliz ou leve à felicidade." A liberalidade, se usada como se deve usar, prejudica-o; porque, se usada virtuosamente e como se deve usá-la" o príncipe arruinar-se-á a si mesmo e será obrigado a governar seus súditos pela opressão a fim de obter o dinheiro necessário. (STRAUSS, CROPSEY, 2013, p. 270)

2.2 A ITÁLIA RENASCENTISTA

É na Política que a nova concepção de mundo e do homem trazida pelo humanismo renascentista encontra um primeiro impulso. Com a derrocada da *res publica cristhiana* (república cristã) e o definhamento da autoridade política papal começam a surgir, fora da Itália, os Estados nacionais e, no território italiano, as repúblicas e as senhorias. Nos dois casos, trata-se de regimes nos quais prevalece a liberdade e a busca pelo bem-estar material dos cidadãos mais do que espiritual. Russell nos dá um panorama da efervescência da situação política da Itália nessa época.

> A luta pelo poder político na Itália era incrivelmente complexa. Os príncipes menores, na grande maioria tiranos que ascenderam por conta própria, ora a um dos estados maiores, ora a outros; se porventura não fossem sábios, eram exterminados. Havia guerras constantes, mas até a chegada dos franceses em 1494, quase não se viu derramamento de sangue; os soldados eram mercenários ansiosos por minimizar os riscos de sua vocação. [...] Havia muita política, mas nenhum estadismo sábio; quando os franceses chegaram, o país se encontrava praticamente indefeso. Os Estados italianos, contudo, não cessaram de alimentar intrigas entre si, solicitando, em suas querelas internas, o auxílio da França e da Espanha, sem qualquer consideração pela unidade nacional. (RUSSEL, 2015, p. 22)

Nesses estilos de governo, a atenção dos dirigentes já não se fixa mais em Deus e na Igreja, como no medievo, mas nos próprios súditos e, muitas vezes, no próprio interesse e na própria família. Interessante o destaque que a Itália, mais precisamente a terra natal de Maquiavel, Florença, ganha no contexto das mudanças políticas no Renascimento, dada sua peculiaridade. Formalmente uma república, na prática a cidade era de fato governada pela família Médici[4], que desde 1434 assumira o controle das principais magistraturas e conseguira estabelecer com outros membros da aristocracia local um sistema de rodízio de funções, o que garantia o poder nas mãos dos aliados da família. Bignotto traça um perfil da cidade centro irradiador do Renascimento italiano.

> Ao longo do século XV, Florença sofrera uma perda real de seu antigo vigor comercial e financeiro. Muitas casas se transferiram para outras praças, em especial Lion, na França, corroendo o que por muito tempo fora o nervo do poderio da cidade e sua arma mais eficaz para lidar com as cidades italianas concorrentes e o papado. Isso tornava o governo muito mais difícil do que quando ainda era possível recorrer com frequência aos impostos para resolver tanto problemas internos quanto aqueles derivados das frequentes

[4] Poderosa família italiana que detinha enorme prestígio e poder na Florença do século XV. Seus membros se destacaram pelo movimento de apoio às artes e às letras, que se tornaria marca da família.

> guerras nas quais a cidade se envolvia. [...] Desde o século anterior Florença se consolidara como um dos pólos principais de renovação em quase todos os campos do saber e esse perfil não mudou na segunda metade do século XV, quando o movimento humanista, marca registrada dos letrados florentinos e de muitos homens políticos, ganhou um novo influxo com a tradução das obras de Platão por Marsílio Ficino [um intelectual extremamente ligado à família mais importante da cidade]. (BIGNOTTO, 2003, pp.7 -8)

É nesse contexto politicamente conturbado que veio ao mundo o autor da obra em questão. A três de maio de 1469 nasce em Florença, terceiro filho de Niccolò di Bernardo Maquiavelli e Bartolomea de'Nelli, modesto casal da Toscana. Em 1476 inicia os estudos da língua latina e, em 1480 começa a estudar o ábaco. Amante da leitura, desde cedo lia os grandes autores da Antiguidade clássica, o que contribuiu grandiosamente na construção de seu pensamento político. O conteúdo de uma de suas maiores obras, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (cuja escrita ele iniciou no ano de 1513 e finalizou em 1517) é repleto de exemplos tirados das páginas da História Antiga. O filósofo florentino apresenta-se como o principiador da orientação historicista. Strauss e Cropsey comentando a importância dada por Maquiavel aos antigos, nos diz que

> Os advogados dos dias atuais aprendem seu ofício com os antigos advogados. Os médicos, nos dias de hoje, baseiam suas decisões na experiência dos antigos médicos. Portanto, é ainda mais surpreendente que, em assuntos políticos e militares, os príncipes e as repúblicas atuais não recorram aos exemplos dos antigos. Isso resulta não tanto na fraqueza à qual a religião de hoje impeliu o mundo, ou do mal que fez o lazer ambicioso a tantos países e cidades cristãos, como de uma compreensão insuficiente das histórias, e, em especial, a de Tito Lívio. Em consequência, os contemporâneos de Maquiavel acreditam que a imitação dos antigos não é apenas difícil, mas impossível. Trata-se, porém, de evidente absurdo: a ordem natural, incluindo a natureza do homem, é a mesma da Antiguidade. (STRAUSS; CROPSEY, 2013, p.277)

O Renascimento representou grande movimento espiritual de renovação e reforma, no qual o retorno aos antigos traduziu-se como revivescência das origens, retorno aos fundamentos, ou seja, retorno ao autêntico. Mas esse retorno não queria dizer saudosismo, pelo contrário, significava uma renovação da História a partir dos exemplos da Antiguidade, aperfeiçoando-os. É nesse espírito que deve ser entendida a imitação dos antigos, que se mostrou o incentivo mais eficaz para que os homens encontrassem, recriassem e renovassem a si mesmos. Bignotto exemplifica essa nova atitude do pensamento renascentista perante a História.

> Se é evidente que não podemos dirigir-nos diretamente senão aos homens de nosso tempo, os humanistas descobriram que a troca de idéias com os homens do passado é tão fundamental à vida cívica quanto um discurso pronunciado em uma assembleia. Essa volta aos textos do passado exigiu a elaboração de um método que evitasse as armadilhas das interpretações medievais, marcadas pela idéia de que os tesouros da Antiguidade nada mais eram do que um etapa no longo caminho de elaboração do conhecimento. (BIGNOTTO, 1991, p. 15)

Uma experiência histórica significativa para a trajetória e construção do pensamento político do autor foi a instalação e, queda do novo regime instaurado pelo frade dominicano Girolamo Savonarola[5] em 1498, cujas homilias proféticas haviam dominado a população florentina por quatro anos. Após sua prisão por heresia, seus simpatizantes foram expulsos dos cargos ocupados no governo pelo conselho dirigente da cidade. Alessandro Braccesi, segundo chanceler, foi apeado da função pública. No princípio o cargo ficou vago mas depois de muita protelação o nome de Maquiavel, quase desconhecido, foi lançado como possível substituto. Mal tinha completado vinte e nove anos e, ao que parece, não possuía nenhuma experiência anterior em administração. Mas sua indicação transcorreu sem empecilhos, e a vinte e nove de junho foi confirmado pelo grande conselho como segundo chanceler.

Quando do retorno dos Médici ao comando de Florença, Maquiavel foi exonerado do cargo de Segundo Secretário e preso por suspeita de participar numa conspiração contra eles. Submetido à tortura, é liberado por não haver provas da suposta participação. Daí vai para o interior, e passa a residir numa casa de campo própria, na comuna de San Casciano, ressentido por ser desprezado pelos governantes Médici e estar afastado da vida pública, à qual dedicou-se por quatorze anos com fervor. Nesse exílio junto à família é que ele passa seus dias lendo as grandes obras dos antigos, como Tíbulo e Ovídio, e bebendo das façanhas dos grandes conquistadores. É lá que começou a escrever para passar o tédio, e de sua pena surge o opúsculo que marcou para sempre o curso do pensamento político de todos os tempos. Desejoso de retomar o contato com as relações de poder, dedica um pequeno livro, composto por vinte e seis breves capítulos, intitulado *De Principatibus* (Dos Principados) a Lourenço II de Médici, com o objetivo de cair nas graças do então chefe de Florença.

---

[5] Girolamo Savonarola, cujo nome pode ser traduzido como Jerônimo Savonarola, foi um frade dominicano cujas pregações se tornaram famosas no período renascentista. Suas visões e profecias sobre a corrupção do clero católico e a conturbada política de Florença serviram de suporte para a derrubada do governo dos Médici e a instauração de uma república religiosa de cunho moralista. Foi preso e condenado à morte na fogueira em 1498, após uma longa disputa com o papado e parte da aristocracia florentina. Maquiavel o cita n'*O príncipe* como exemplo de *profeta desarmado* que quer dirigir os caminhos dos homens.

2.3 A OBRA

Para se entender o pensamento político de Maquiavel é necessário conhecermos o contexto histórico em que nosso autor escreveu *O Príncipe*. Uma análise de sua biografia, em especial o período em que trabalhou na Segunda Chancelaria florentina, é essencial para compreendermos sua paixão pela vida pública.

> Seria, pois, erro indesculpável [...] analisar o pensamento político de Maquiavel sem haver fixado previamente os acontecimentos principais de sua época, que ele viveu tão intensamente, a ponto de sua biografia não ser mais, de certo modo, do que o reflexo daquela na sua mente privilegiada. De tal maneira Maquiavel viveu integrado no seu tempo, participando ativamente de acontecimentos decisivos e marcantes e teorizando, a seguir, os fatos colhidos pela sua experiência e observação, que o estudo de sua vida equivale a um fascinante mergulho no Renascimento italiano, visto na sua realidade política, e do qual sua obra recebeu impulso e substância. (ESCOREL, 2014, p. 47)

A supremacia dos ideais do Humanismo nesse período ajuda a explicar como Maquiavel chegou a ser indicado relativamente jovem para um cargo de responsabilidade considerável da administração republicana. Pois sua família, embora não fosse abastada nem da alta aristocracia, travava estreitas relações com alguns dos círculos humanistas em relevo na cidade. O pequeno Nicolau cresceu num ambiente favorável à formação de um homem de inteligência e percepção aguçadas.

> Seu pai, doutor em leis, era homem ativo e parcimonioso, com vocação para os estudos. A imprensa fora introduzida em Florença havia apenas quatro anos, mas ele já se interessava em adquirir, sempre que lhe restavam alguns florins, os primeiros volumes que surgiam a divulgar a sabedoria da Antiguidade clássica; e assim constituiu uma pequena biblioteca onde figuravam, entre outros, Tito Lívio, Aristóteles, Biondo, Demóstenes e Plínio. [...] Sua inteligência amadureceu ao convívio dos livros clássicos do pai, vivificado pela observação intensa de seu próprio tempo, e ao calor de uma ardente vocação intelectual que lhe permitiu sanar os defeitos de uma educação relativamente limitada [...] (ESCOREL, 2014, p. 52-53).

O grande destaque aos humanistas se deve, acima de tudo, por adotarem uma teoria muito específica sobre qual seria o conteúdo adequado de uma educação "verdadeiramente humana". Aspiravam que seus alunos iniciassem dominando a língua latina, passassem para a retórica prática e a imitação dos melhores estilistas clássicos e completassem seus estudos lendo história e filosofia moral da Antiguidade de modo aprofundado. Tornaram popular também a crença de que a formação proposta ofertava o melhor preparo para a vida política.

Biblioteca
43087 20140149

Como Cícero[6] reafirmava, tais disciplinas estimulam os valores necessários a serem adquiridos com o objetivo de servir bem a nosso país. Tais são: a disposição de submeter os interesses privados ao bem público; o desejo de combate à corrupção e a tirania; a ambição de adquirir as mais nobres finalidades entre todas: a honra e glória não só individuais, mas as de toda a nação.

Durante o período em que serviu à Florença republicana na condição de segundo secretário Maquiavel viveu seus anos mais felizes e aprendeu bastante as coisas da política, que iriam marcá-lo para o resto de sua vida. A vivência durante anos em meio a acontecimentos políticos importantes possibilitou a reflexão ao autor sobre a fragilidade do território italiano diante de países com governo centralizado. Maquiavel assimilou o que defende ser o cerne da política: a combinação entre o uso da força e da astúcia como meios de obtenção e da manutenção do poder. Ao escrever *O príncipe* seu principal objetivo era a unificação da península itálica – o último capítulo é intitulado: *Exortação a libertar a Itália dos bárbaros*. para tanto o conhecimento da política foi preponderante.

A oportunidade para que nosso autor viesse a expor seu pensamento apareceu no meio de uma derrota política e de uma derrocada pessoal: a invasão das tropas espanholas à Itália em 1512 e a destituição do cargo seguida de prisão pela família Médici. Após ser solto, em sua propriedade rural escreveu sua obra mais famosa. Na tentativa de mostrar que tinha conhecimentos úteis para os interessados em política, ele seguiu o modelo muito conhecido dos *espelhos dos príncipes*[7] para apresentá-los. Desde o final da Idade Média era costume oferecer conselhos aos governantes no intuito de que conseguissem êxito em suas ações.. Embora tenha sido escrito nos moldes tradicionais dos *espelhos*, *O Príncipe* não possui nada dos antigos manuais.

Na obra, Maquiavel, acostumado com a grande mutabilidade da política italiana, põe-se a estudar como deve se comportar o "príncipe novo" que ocupa um novo território, algo comum para ele, pois como afirma, "é uma coisa natural e ordinária o desejo de conquistar". Mas, o simples fato de ganhar uma guerra não confere a estabilidade precisa para desfrutar dos benefícios das novas conquistas e, por isso, é necessário conhecer o funcionamento do poder em suas variadas circunstâncias para conseguir sucesso. Maquiavel, a partir daí vai delineando ao longo do livro as mais variadas situações que o príncipe pode se deparar em seu

---

[6] Marco Túlio Cícero (106-43a.C.), considerado o maior orador romano. Escreveu, entre outras obras, *Catilinárias* e *Filípicas*.

[7] Livros de conselhos oferecidos aos governantes desde a Baixa Idade Média que, supostamente serviriam para ajuda-los a obter o sucesso em seus empreendimentos. Esses manuais insistiam sobre o fato de que o bom governo é originado da prática das virtudes cristãs em todas as situações. Assim o bom príncipe seria aquele que se olhava no espelho e aprendia a se guiar pelas virtudes consagradas pela tradição da literatura moral.

governo e a melhor forma de enfrentá-las. Para tanto o secretário florentino toma como partida duas proposições: a repetitividade das ações humanas e a maldade intrínseca à natureza humana.

> Em primeiro lugar, Maquiavel possui total confiança no fato de que as coisas humanas se repetem e, por isso, o estudo tanto do passado quanto dos exemplos próximos de nós é um instrumento poderoso para os que exercem o poder, ou desejam conquista-lo. [...] O caminho a ser seguido é, pois, o da imitação. Usar o passado como guia é para Maquiavel a melhor maneira de evitar os erros que com muita frequência arruínam os homens poderosos [...]. O segundo argumento de que se serve Maquiavel para fundamentar suas análises e que complementa o primeiro é o de que a natureza humana se mantém ao longo do tempo, mas é má. [...]. Maquiavel não que dizer que todos os homens sejam ruins e ajam sempre com maldade. Se fosse dessa forma não seria possível conviver em sociedade e acabaríamos entrando numa guerra de "todos contra todos" [...]. O que nos ensina o secretário florentino é que não podemos agir na suposição de que os homens corresponderão às nossas expectativas e, por isso devemos sempre estar precavidos contra a manifestação de sua natureza má. (BIGNOTTO, 2003, p. 19-20)

A história, sob o olhar maquiaveliano, se repete, tornando-se a mestra da vida. O palco onde se dá a representação humana, suas ações, segue um roteiro comum ao longo do tempo, dando a entender que mudam os personagens e os cenários, mas seguem-se os mesmos roteiros. Neste sentido, prevalece o comportamento humano, que de acordo com os mesmo instintos e ideais, vulneráveis às fraquezas e infortúnios, são susceptíveis às mesmas desgraças, tomam, em determinadas circunstâncias, as mesmas atitudes. Entender o Estado, sob esta perspectiva, significa entender o homem antes de tudo, levando-se a percepção de que o Estado é aquele possível, não o idealizado. Ou seja, subentende-se que a ação deve estar pautada de acordo com as circunstâncias reais, não as ideais (imaginárias).

Sem dúvida alguma a postura realista e anti-utopista de toda a obra maquiaveliana, preocupada em apresentar a *verittà effettuale delle cose*, que o leva a considerar o homem naquilo que ele realmente é, ou seja, tal qual se apresenta. Embora a verdade pelo efeito consista em tomar as coisas tais como são (em vez de toma-las como as imaginamos) e em avaliar os atos pelas suas consequências (em vez de estimá-las por suas motivações), não pode ser considerada uma mera verdade dos fatos, como se fosse a transcrição *ipsis litteris* de um fato empírico. Ao contrário, ela traz consigo uma inversão da relação do homem com a verdade. De fato, ela é pensada como ato de alguém que interpreta e realiza uma ação histórica e não como uma adequação mental entre as coisas e o discurso ao modo da concepção escolástica de verdade, que a concebia como correspondência entre realidade e

intelecto. Esta mudança implica considerar a *verittá effetualle* como verdade fenomenal: não existe outra verdade senão aquela que nos aparece, e o que se apresenta é o *effettuale* (ou seja, efeitos, resultados ou consequências das ações). Em outros termos, a verdade não é mais do que a significação dada aos acontecimentos.

Com efeito, sendo a verdade resultado da interpretação dos fatos ela muda de acordo com os tempos, mas muda igualmente de acordo com o lugar tomado pelo intérprete. Desse modo, quando a forma ou o sentido conferido à realidade é a de um homem (no caso, o príncipe) do qual depende o futuro político de um povo, buscar a verdade pelo efeito passa a ser um imperativo da necessidade. Mas o que devemos entender por necessidade no contexto maquiaveliano? A necessidade para nosso autor consiste para o homem numa imposição cuja natureza é política: pessoas e instituições devem agir ou não agir de determinada forma pois a ação política está condicionada pelo resultado. Quer dizer: as situações históricas se apresentam ao indivíduo como um quadro revestido da forma de um dilema que constrange a vontade a escolher entre duas alternativas opostas, uma vez que uma delas se apresenta como prejudicial e a outra como via de saída ou portadora de resultados contrários aos visados. A *necessitá* é, portanto, a obrigação imposta pelas condições reais nas quais se desenrola a ação política. Por isso para Maquiavel a boa escolha não é resultado de uma ampla deliberação sobre as possibilidades que se apresentam ao espírito humano, mas aquela resultante da *necessitá*.

> [...] não há dúvida de que tal método possui a grande virtude de permitir, como permitiu a Maquiavel, alcançar um conhecimento minucioso e quase anatômico da natureza real da política, concebida como uma técnica utilitarista posta à serviço dos fins do Estado. Técnica que o homem político, particularmente quando investido das responsabilidades do poder público, há de conhecer e dominar da melhor maneira, a fim de bem cumprir sua missão última que consiste no bem comum. (ESCOREL, 2014, p.300)

A necessidade passa a ser a condutora da ação do novo príncipe, ao coagi-lo a tomar o rumo certo que o levará ao sucesso. Uma vez que a verdade da política é *effetualle*, no agir, "máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que imporá é o êxito" (MAQUIAVEL, 1979, p. 75). Ao contrário do que se propaga, isso não fundamenta a famosa máxima atribuída a Maquiavel, "os fins justificam os meios", na verdade remete a bem outra coisa. Com efeito, uma vez que a ação do príncipe está sujeita à lógica da necessidade, o ator político se vê obrigado a avaliar vícios e virtudes unicamente em relação a seus efeitos, ou seja, em função de suas possibilidades de conquista e conservação do poder. Dessa forma, por se tratar de necessidade, e não uma norma de bem, o governante pode ser obrigado pela

exigência da conservação do poder a agir de forma má. Essa é a aplicação do conceito de *Virtú* trabalhado n'*O príncipe*, sobre o qual nos ocuparemos com mais detalhes no próximo capítulo.

Não há dúvidas de que Maquiavel era convicto de que a natureza da política é fundamental e irremissivelmente ambivalente, uma mistura de natureza e espírito, razão e instinto, "meio fera, meio homem", de tal forma que ele não acredita que alguém ingresse na atividade política sem estar disposto a lançar mão de todo os meios, ainda que sejam julgados moralmente maus, desde que necessário ao sucesso público. Quem optar não transigir com o mal, quem não quiser empregar processos cruéis, violentos ou simplesmente escusos para vencer politicamente, é preferível que fique fora do campo da política e se dedique apenas à sua vida privada.

> O que Maquiavel nos ensina é que no mundo da política a escolha entre vícios e virtudes se revela mais complexa do que quando levamos em consideração apenas nosso próprio comportamento individual. Mesmo em pequenas cidades, como eram aquelas da Itália no tempo de Maquiavel, não há como conhecer a natureza de cada cidadão e agir em conformidade com isso. Os homens dissimulam com frequência seus desejos, mas nunca agem contra seus interesses. Se o governante desconhece essa verdade, o que segundo nosso autor faz os homens "esquecerem mais rápido a morte do pai que a perda do patrimônio", acaba se arruinando, tentando contentar a todos e evitando praticar atos que não podem ser aprovados pelos moralistas de todos os tempos. (BIGNOTTO, 2003, p. 33-34)

A pergunta do secretário florentino não é, portanto, sobre os valores principais a serem acatados e sobre suas bases. O que lhe interessa de fato é como eles são vividos na esfera da política. Assim, ao que ele visa é construir um campo de reflexão que seja autônomo em relação à ética, mas não que a desconheça ou a despreze. O governante que orientar seus súditos a acreditarem nisso será ele mesmo a vítima de seu posicionamento. A política é, desse modo, alçada a um lugar de destaque em sua principal obra, e tratada como um campo independente, que não pode ser avaliado com o auxílio do sistema moral cristão-aristotélico que até então servira para guiar os estudiosos do comportamento humano. Ética e Política se separam eternamente, mas permanecem em convivência na seara dos negócios humanos. Cabe ao príncipe saber escolher o que fará conseguir os objetivos a que se destinou, sabendo que trilhará a vereda rumo à ruína se continuar a agir apenas segundo os manuais de moral.

3 FORTUNA E *VIRTÚ* EM *O PRÍNCIPE*

3.1 A DEUSA FORTUNA

Maquiavel, em sua observação dos fatos históricos, chega à conclusão de que grandiosos impérios caíram em consequência de acontecimentos eventuais. Essa afirmação é resultado da concepção mítica e astrológica reinante na época de que um nível superior de determinações casuais influenciavam o destino humano, concepção da qual os estudiosos humanistas, como o secretário florentino, não estavam alheios. Como nos conta Russell:

> A maioria dos humanistas conservou as mesmas crenças religiosas acreditadas na Antiguidade. A magia e a bruxaria poderiam ser perversas, mas ninguém as tomava como impossíveis. Em 1484, Inocêncio VIII emitiu uma bula contra a bruxaria que estimulou impressionante caça às bruxas na Germânia e alhures. A astrologia foi estimada pelos livre-pensadores e ganhou um destaque de que não desfrutava desde os tempos antigos. (RUSSELL, 2015, p.24)

Esse nível superior de determinações foi batizado de *Fortuna*. A partir desse conceito o empirismo[8] de Maquiavel passa a ceder ao imprevisível. Essa deusa greco-latina, incorporada pelos pensadores do Cristianismo e os poetas da Antiguidade como a gestora de um poder superior, era nada menos a divinização do Acaso. Segundo o pensamento maquiaveliano o agir do homem não está dispensado do acaso, das incertezas do destino que podem afetar de modo concreto as decisões e ações humanas.

> A fortuna aparece sempre como uma força que não pode ser inteiramente dominada pelos homens. Num mundo sujeito a movimentos constantes, ela representa o elemento de imponderabilidade das coisas humanas. Os homens amam repetir seus comportamentos e se agarram à sua forma de agir, quando ela os conduz ao sucesso, mas têm muita dificuldade em reconhecer que nem toda a habilidade de um grande comandante militar ou de um príncipe é capaz de dominar todas as possibilidades contidas na história. O que Maquiavel afirma, portanto, é que, embora a natureza humana seja repetitiva e que valha a pena recorrer à história para aprender com seus exemplos, não sabemos nunca como uma determinada situação particular vai evoluir. (BIGNOTTO, 2003, p. 26-27)

O vocábulo Fortuna (em grego, *Tykhé*) significa, etimologicamente, o acaso, a sorte, o fado bom ou mau. A partir do conceito filosófico de Acaso (do grego *Automatós*) surge a Fortuna, que será objeto de reflexão de filósofos e também tema de poetas e escritores, como

---

[8] Corrente filosófica que defende a idéia de que todo conhecimento do mundo real baseia-se na experiência. No contexto, todo conhecimento prático perde sua eficácia diante da imprevisibilidade da Fortuna.

Homero. Dentre os filósofos da antiguidade que pensaram a Fortuna encontramos Aristóteles. Para ele a Fortuna seria uma causa superior e divina, escondida da inteligência humana e que presidia os acontecimentos do destino, que se apresentam sem regra aparente, imprevisíveis, de modo fortuito. Os pensadores romanos vão considerar a Fortuna por outro viés. Se para o Estagirita ela era apenas parte dos inúmeros fatores que presidem os acontecimentos, para os romanos ela irá determinar os problemas que envolvem o cotidiano dos homens e mulheres.

A antiguidade grega divinizou o Acaso e o personificou em uma divindade feminina, *Tykhé*. Como deusa, *Tykhé* teria culto próprio na Grécia no século IV a.C. e os romanos erigiram em sua honra um templo às margens do rio Tibre. Uma noção análoga na mitologia grega são as Moiras. Elas são a personificação do destino individual, do quinhão que cabe a cada um. Cada pessoa tinha sua moira, sua parte de felicidade, de vida, de infortúnio. Pouco a pouco se desenvolveu a ideia de uma Moira universal, senhora inconteste do destino de todos os seres humanos. Depois das epopéias homéricas, esta se projetou em três irmãs: Átropo, Cloto e Láquesis. Para cada mortal, regulavam a duração da vida desde o nascimento até a morte, com a ajuda de um fio que a primeira fiava, a segunda enrolava e a terceira cortava.

> Na religião romana, a Fortuna se aproximou e se identificou com *Tykhé*. Era uma deusa bondosa e confiável, que concedia ventos propícios e um acompanhamento divino. Quem atraísse sua simpatia teria honras, riquezas, glória e poder. Por ser mulher, era imprescindível seduzi-la e dominá-la para que os bens que possuía não fossem outorgados para outros. Respeitada na religião romana da época clássica e identificada com a *Tykhé* grega, a Fortuna era representada com o corno da abundância, símbolo da prosperidade e empunhando um remo, como piloto da vida dos mortais. (OLIVEIRA, 2012, p. 106-107)

De concepção semi filosófica e semi religiosa, a *Fortuna* adquiriu grande importância para os historiadores e moralistas de Roma, que lhe deram um caráter de deusa. Tais escritores fazem alusão à interferência da *Fortuna*, onde seria preciso temê-la. Já os moralistas romanos a veem como uma deusa boa e aliada cujo poder é preciso atrair devido a seus bens. Sêneca destaca que tais bens são honras, riquezas e influência, enquanto Salústio descreve glória, honra e poder, contudo, admitindo que o maior deles é a honra, e a glória que a acompanha, como Cícero repetidas vezes cita na obra *Obrigação Moral*.

3.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE *FORTUNA*

Segundo conceito central da obra de Maquiavel, a Fortuna é quem fornece a dimensão tanto da importância da *Virtú* quanto de seus limites práticos. Como não podia deixar de ser, é também a palavra "fortuna" um termo ambíguo, aparecendo no texto em diferentes acepções, ora como sinônimo de "sorte" ora como equivalente de "sucesso", ora (e é nesse sentido que analisaremos o termo) personificada na figura da antiga deusa romana do destino, *Fors,* como a força determinante dos acontecimentos, benéficos ou maléficos, que se apresentam aos homens e, especialmente, aos príncipes.

A figura da Fortuna é um ícone importante durante toda a Idade Média. Nas obras artísticas mais frequentes, ela aparece como uma mulher girando, através de um mecanismo (geralmente uma manivela) uma roda onde se divisam quatro partes: na primeira, à esquerda, temos um homem que escala a roda, primeiro com roupas cotidianas, depois vestido como nobre, com o braço direito erguido; na segunda, o topo da roda, o mesmo homem se encontra sentado, ricamente vestido e portando uma coroa; na terceira, esse homem, seguindo o movimento, começa a perder o equilíbrio até que, já quase de ponta-cabeça, escapa-lhe a coroa; na terceira, o homem, despojado de sua nobre vestimenta e com a cabeça descoberta, aparece ora esmagado pela própria roda, ora nela pendurado, ora estendido no solo, já não mais integrante do ciclo.

Os ânimos em relação à *Fortuna* variaram muito no tempo, tendo ela sido cultuada na Antiguidade, como vimos no início do capítulo, adorada tanto pelos gregos quanto pelos romanos; Agostinho de Hipona se refere à *Fortuna* como uma deusa tão benevolente, de tal sorte que quando a fortuna se torna má, há que se questionar se ela não se transformou num demônio; na literatura posterior, é sempre vista com desconfiança e até mesmo com desprezo.

Na obra de Maquiavel ela toma um rosto diferente, distinto da velha horrenda que seus contemporâneos pintavam, surgindo jovial, além de estar atrelada a um resto de esperança de que a sua roda continue em movimento e leve quem já esteve no topo e caiu de volta ao alto, o oposto do fatalismo embutido na concepção tradicional. Na mente do homem medieval, a *Fortuna* surge associada à discussão de quanto do que acontece ao homem pode ser atribuído ao destino e quanto decorre exclusivamente das escolhas por ele feitas. Maquiavel aborda o problema no capítulo XXV d'O Príncipe, *De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se deve resistir-lhe.*

> Não me é desconhecido que muitos têm tido e têm a opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus, de sorte que a prudência dos homens não pode corrigi-las, e mesmo não lhes traz remédio algum. Por

> isso poder-se-ia julgar que não deve alguém incomodar-se muito com elas, mas deixar-se governar pela sorte. (MAQUIAVEL, 1979, p. 103)

O secretário florentino admite que se sente inclinado a aceitar esse ponto de vista, mas afirma que o livre-arbítrio humano tem sua importância, embora seja por vezes vencido pela força da Fortuna. Em seu pensamento, o homem pode evitar muitos dissabores se preparando para as surpresas que a Fortuna lhe aprontar, donde a comparação desta com um "rio impetuoso" cujos danos podem ser evitados ou ao menos minorados por homens previdentes que construam diques e canais para contê-lo. Contra as inundações causadas pela Fortuna, os homens podem se prevenir somente com a *Virtú*. Aqui a etimologia da palavra coincide em tudo com a ilustração utilizada por Maquiavel. *Virtú* é a força masculina que deve ser aplicada à Fortuna, que é mulher, para dominá-la; só assim, com violência, ela se deixa vencer. Nas palavras do autor de *O Príncipe*, "[...] é melhor ser impetuoso do que circunspecto, porque a sorte é mulher e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la" (MAQUIAVEL, 1979, p. 105).

> Isso traz Maquiavel à questão central que os moralistas romanos haviam colocado originalmente. Como podemos pretender firmar uma aliança com a Fortuna, como podemos fazê-la sorrir para nós? Ele responde usando os mesmos termos que os antigos já tinham usado. Ressalta que ela é amiga dos bravos, daqueles que são "menos cautelosos e mais agressivos". E desenvolve a ideia de que a Fortuna se excita principalmente com a *virtus* do verdadeiro *vir*, e a ela responde. (SKINNER, 1981, p.43)

Desse modo, o homem de *Virtú*, através de sua prudência, de sua capacidade de se antecipar aos futuros acontecimentos e de não se conter por julgamentos morais, agarra a deusa pelo braço e a impede de continuar a girar a roda; essa é a violência que a conquista, e que garante a manutenção do poder.

É curioso notar, nesse ponto, que a associação da Fortuna com uma mulher não é eventual. A mesma violência que se aplica a ela, pode-se utilizar fosse ela um homem; todavia, a conotação desse uso de violência e da consequente submissão seriam totalmente diferentes: para Maquiavel, um varão se submeteria apenas para evitar a dor, mas certamente guardaria raiva e ressentimento, que poderiam levá-lo à vingança, donde o príncipe virtuoso deveria tomar medidas para conter uma possível retaliação. Sendo a Fortuna uma mulher, o quadro é outro: ela não se deixa vencer porque tema a dor, mas porque aprecia o espancamento; assim, ela não se submete, mas é seduzida pelo homem de *Virtú*, e se deixa dominar.

É essa *Fortuna* que há de ser dominada por meio da *Virtú*, através de uma constante antecipação e preparação para variações, inclusive através de ações ofensivas, pois ela favorece os impulsivos. Esse domínio, contudo nunca será perfeito, e por duas razões. A primeira liga-se a uma limitação mais propriamente humana: a constante preparação para as variações da Fortuna exige que o homem, por vezes, mude seu modo de proceder, inclusive quando este está lhe garantindo sucesso; acontece que isso é muito para os homens, mesmo os mais prudentes, cuja natureza é de acomodar-se às suas inclinações e aos caminhos bem sucedidos. A segunda, por outro lado, tem a ver com a impossibilidade de se estar preparado para tudo, com o fato de que, por maior que seja a *Virtú* do príncipe, a Fortuna pode, por um capricho, surpreendê-lo, afinal cabe a ela ainda o comando de metade das ações dos homens.

> A fortuna só domina inteiramente onde não há "*virtú* ordenada" para resistir-lhe [...]. Mas acontece que a fortuna é vária, de tal modo que será bem-sucedido somente aquele que souber harmonizar seu procedimento com as "características dos tempos", agindo ora com prudência, ora com ímpeto, ora com violência, ora com arte, ora com paciência, ora com impaciência; mudanças oportunas de atitude tática que nem todos os homens acham possível realizar, seja porque não podem desviar-se daquilo a que nos inclina sua natureza, seja porque tendo sido sempre bem-sucedidos seguindo uma determinada via não conseguem convencer-se a abandoná-la. (ESCOREL, 2014, p.244)

Por ambas as razões, a *Virtú*, cuja principal característica é a capacidade de antecipar e se preparar para as mudanças da Fortuna, encontra seu limite na própria Fortuna. Nada garante que um príncipe virtuoso, que tenha construído bases sólidas para seu estado, que tenha seguido todas as recomendações contidas n'*0 Príncipe*, não venha a ser vitimado por um assassino que não se importe em morrer por seu ato, ou venha a cometer um único erro que o faça ser repreendido pela *Fortuna* com sua ruína, como o fez César Bórgia[9]. Para Maquiavel, o mundo, governado em parte por urna mulher volúvel e implacável, não é um lugar seguro nem para homens virtuosos. Mas nem tudo está perdido: há a esperança.

> Da *fortuna* conhecemos apenas os efeitos e o fato de que pode sempre se manifestar, mas nunca suas vontades e o momento em que vai lançar seus fios [...]. Disso não decorre que devemos nos abandonar ao desespero e abdicar de conferir racionalidade às nossas ações. Como não sabemos os caminhos da deusa, também não podemos afirmar que daqui a pouco ela nos

[9] César Bórgia, intitulado Duque Valentino, era membro proeminente da poderosa família hispano-italiana dos Bórgias. Filho do papa Alexandre VI (Rodrigo Bórgia), criado cardeal aos dezesseis anos, decididamente sem vocação, renunciou às dignidades eclesiásticas a fim de tentar constituir na Itália central um vasto domínio principesco. Maquiavel o encontrou em uma de suas missões políticas em 1502, o que causou forte impressão e o fez destacar sua figura em *O príncipe* ao abordar a prática da *Virtú* pelo príncipe.

> será favorável. [...] Resta sempre uma esperança e ela deve nos conduzir a agir e a enfrentar os perigos que aparecem, exatamente porque nenhum cálculo racional será capaz de prever todos os movimentos que se seguirão ao aparecimento das garras da *fortuna*, inclusive aqueles que serão benéficos para nós. (BIGNOTTO, 2003, p. 27)

3.3 A VIRTÚ NO AGIR POLÍTICO DO PRÍNCIPE

A *Virtú* é um conceito central na obra de Maquiavel, pois é somente através dela que se pode alcançar estabilidade no poder do Estado, ainda que, como se verá adiante, ela não seja uma garantia absoluta disso. Etimologicamente, *Virtú* deriva do latim *virtus*, que significa força corpórea, valor, bravura, coragem, força de alma, boas qualidades morais, mérito. *Virtus*, por sua vez, deriva de *vir*, termo que significa homem, varão, exprimindo as qualidades masculinas.

Se a Fortuna equivale à feminilidade, a virtude (*Virtú*) é a essência da masculinidade. Além de derivar do latim *vir* (homem), e de estar associada a todas as qualidades viris – razão, prudência, habilidade militar, coragem-um de seus significados é a potência ou proeza sexual masculina. É a *virtus* do verdadeiro *vir* que a estimula, fazendo com que ela responda. Sem a *Virtù*, o homem está à mercê da Fortuna e da natureza. Tito Lívio[10] cita várias vezes o ditado que "a Fortuna favorece os bravos", sendo amplamente colocado o argumento de que os êxitos alcançados pelos romanos se devem ao fato de a Fortuna gostar de seguir e servir a *virtus*, sorrindo para aqueles que demonstram possuí-la.

A *Virtú* de Maquiavel nada tem a ver com a virtude cristã. É mais política do que ética. A religião cristã, segundo Maquiavel, comparada com a religião romana, estima menos as honras mundanas, glorifica mais os homens contemplativos do que os ativos, além de valorizar mais a humildade, a ojeriza e o desprezo às coisas mundanas, ao passo que a romana valorizava a grandeza de ânimo, a fortaleza do corpo, a glória e honra do mundo. Nessa acepção, relacionada à potência, à força de algo, encontramos a palavra *Virtú* em *O Príncipe*, mas, novamente, ela não exprime perfeitamente o sentido da *Virtú* segundo o autor, pois com frequência o ato virtuoso depende menos do vigor físico do que da astúcia e da prudência, que são qualidades da mente que os antigos atribuíam também ao sexo feminino.

Resultados semelhantes terão todas as tentativas de buscar o sentido exato da *Virtú* maquiaveliana perfeitamente evidenciado num único uso do termo. Ao longo da obra, elogiando os antigos romanos por não se acomodarem após as vitórias, estando sempre prontos a guerrear antes que um potencial inimigo se tornasse uma ameaça maior, atribui essa

---

[10] Tito Lívio (64 ou 59 a. C.-10 d. C.) foi um historiador latino, autor de uma *História de Roma* em 142 livros.

característica à sua *Virtú* e prudência. Mais adiante, temos que o grau da *Virtú* do governante é inversamente proporcional à dificuldade que ele terá para manter seu estado. Encontramos a *Virtú* como a habilidade de identificar o momento certo de agir, cujo resultado é a honra e a felicidade da pátria. Viramos mais uma página e lemos que a *Virtú* é uma característica típica dos príncipes. No capítulo VII, *Dos principados novos que se conquistam com armas e virtudes de outrem*, o célebre capítulo em que relata a trajetória do Duque Valentino, Maquiavel nos diz que a *Virtú* e o engenho podem fazer de um cidadão comum um bom comandante/governante, caso tenha ele ascendido aos poder pela Fortuna ou pelas armas de outrem, pois um homem virtuoso saberá "rapidamente se preparar para conservar aquilo que a fortuna [lhe] colocou nos braços"

A partir dessas características comuns, chegamos à seguinte (e tentativa) definição de Maquiavel para a *Virtú*: a capacidade de determinar, de acordo com as necessidades do momento presente e em face de seus possíveis desdobramentos futuros, o curso de ação mais apropriado para a manutenção do Estado, mesmo violento, se necessário for, sem levar em conta julgamentos morais que possam impedir que as medidas exigidas sejam adotadas. O príncipe de *Virtú*, então, será aquele que, sabendo "não ser bom", não hesita em tomar quaisquer medidas necessárias para se precaver de problemas futuros, nem em incorrer infâmia dos vícios sem os quais lhe seria difícil conservar o Estado.

> Embora implique um certo saber, a "virtú" não é, como queria Petrarca, o resultado de uma boa preparação para a vida em comum. Ela designa a capacidade de estar presente no mundo, de saber apreender a ocasião, de saber se modificar, de saber agir contra toda tradição. Num certo sentido, ela não pode ser definida, porque se cria a si própria em seus combates com a "fortuna", e, assim, deve incorporar a mutabilidade que a desafia. (BIGNOTTO, 1991, p. 150)

Não se confunde, assim, a *Virtú* com a prudência, pois ela vai além desta, na medida em que envolve não apenas a escolha do caminho a ser seguido em função das conseqüências dessa escolha, mas também a previsão de problemas futuros e a escolha dos meios para evitá-los ("ter o espírito preparado"). Não se confunde, também, com a astúcia e a dissimulação, que são apenas táticas que o príncipe de *Virtú* pode lançar mão dependendo da necessidade, sendo a *Virtú* mais especificamente a capacidade de identificar o momento em que elas são necessárias-ou o momento em que elas são contraproducentes-e de não ter escrúpulos em utilizá-las ("saber entrar no mal, se necessário"). Mas isso não identifica a *Virtú* com a vilania, pois deve o príncipe "não se afastar do bem" ,entendido o "bem" não no seu sentido moral,

mas do ponto de vista do resultado buscado com a ação, qual seja, a manutenção do poder, há, pois, limites ao que o príncipe pode fazer, que são dados pelo fim último de conservação do Estado.

Assim, a qualidade exigida do príncipe que deseja se manter no poder é sobretudo a sabedoria de agir conforme as circunstâncias, devendo, contudo, aparentar possuir as qualidades valorizadas pelos governados. O jogo entre a aparência e a essência sobrepõem-se à distinção tradicional entre virtudes e vícios. A *Virtú* pública exige também os vícios, assim como exige o reenquadramento da força. O agir virtuoso é um agir como homem e como animal. Resulta de uma astuciosa combinação da virilidade e da natureza animal. Com isso, Maquiavel em um único livro altera toda a concepção de *Virtú* e Fortuna, tão comuns e incentivados na época. A Fortuna deixa de ser uma conquista egoísta, para tornar-se instrumento de sorte.

Desta maneira, Maquiavel inova ao propor que a política possui uma ética própria, e não mais a mesma pregada pela religião. Ele subverte os conceitos já mistificados de virtude, fortuna e poder, e lança sobre eles um olhar crítico e prático, baseado em observações concretas e desprovidas de fundamentalismos dogmáticos. Assim, não seria necessário ao príncipe ser um homem bom, devoto, cumpridor de suas promessas ao povo, pois tais características são próprias da virtude cristã, apartada da política por Maquiavel. Bastaria, portanto, que o príncipe se guiasse pelas necessidades advindas das circunstâncias, tendo a astúcia exigida para saber identificá-las e a sabedoria para agir em razão delas.

4 A *VIRTÚ* NA PRÁTICA DO GOVERNANTE

4.1 O GOVERNANTE IDEAL

Nos capítulos anteriores, vimos que Maquiavel é o primeiro a discutir a política de modo autônomo, sem recorrer à ética e à moral, podendo-se conceder ao secretário florentino a fundação da ciência empírica da política, ou seja, matéria empírica que estuda as normas da arte de governar sem outra preocupação a não ser a eficiência dessas normas. O realismo político constitui assim um ponto básico do maquiavelismo.

Seguindo esse raciocínio, Maquiavel defende uma concepção meramente laica e utilitarista da religião, instituição que, por sua grande influência sobre a ação dos indivíduos, é considerada de grande valor instrumental que deve servir aos fins da política. Assim, a religião não constitui um obstáculo ao Estado e, sim, um auxílio.

> A religião é assim encarada como um "instrumento de domínio" de grande eficácia social e política, a ser manejado com astúcia pelo chefe de Estado para manter as instituições e a moralidade pública e assegurar melhor a defesa da pátria. O político inteligente a respeitará sempre, "mesmo que não acredite nela", porque de sua influência sobre o povo só lhe poderão advir vantagens. (ESCOREL, 2014, p.223-224)

Se nosso autor ressaltou a religião não foi no sentido de libertar, mas de doutrinar. Diz Maquiavel no capítulo XVIII d'*O Príncipe*, *De que forma os príncipes devem guardar a fé*:

> O príncipe deve, no entanto, ter muito cuidado em não deixar escapar da boca expressões que não revelem as cinco qualidades mencionadas, devendo aparentar à vista e ao ouvido, ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Não há qualidade de que mais se careça do que esta última. É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. (MAQUIAVEL, 1979, p. 75)

O objetivo do secretário florentino era elaborar regras eficazes de governo, tendo por fundamento a experiência política antiga e nova, considerando que essa eficácia independia do caráter moral ou imoral das regras. Ou seja, a questão de Maquiavel é saber se o príncipe pode agir sempre de acordo com os princípios ético-cristãos aceitos em sua época e esperar os resultados ou se deve aprender outros modos de ação perante situações difíceis. Ele não aconselha aos governantes desrespeitarem as regras aceitas por puro prazer de realizá-lo. Ao contrário, diz que devem conformar sua ação a elas sempre que possível. Resta saber é se isso de fato é possível.

> Não será por isso exato dizer que Maquiavel seja imoral ou amoral: na verdade, há uma moral maquiaveliana, com a diferença substancial, porém, de ser uma moral laica e secular, de base naturalista, que, contrariamente à moral cristã, se esgota, sem maior transcendência, na consecução do bem comum da coletividade. (ESCOREL, 2014, p. 232)

Em suma, percebeu que a moral e a religião podem ser – como às vezes são – forças que condicionam a atividade política e seu êxito. Notou também que às vezes isso não ocorre e que a ação política se apresenta eficaz ainda que exercida em sentido inverso ao das leis da moral. Continua Maquiavel, no mesmo capítulo:

> [...] que um príncipe, e especialmente um príncipe novo, não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. É necessário, por isso, que possua ânimo disposto a voltar-se para a direção a que os ventos e as variações da sorte o impelirem, e, como disse mais acima, não partir do bem, mas, podendo saber entrar para o mal, se a isto estiver obrigado. (MAQUIAVEL, 1979, p.74)

O que diferencia a bondade da maldade na ação política é sempre o bem coletivo e jamais os interesses particulares. A moral pública e individual estão unidas quando o objetivo é assegurar o bem da comunidade.

> O conflito ético, na verdade, surge apenas quando determinados objetivos políticos exigem a adoção de medidas que a consciência moral condena em nome de valores e princípios que transcendem a jurisdição temporal do Estado. [...] serão em consequência morais todas as ações manifestamente úteis à comunidade; imorais as que só tiverem em vista a satisfação de interesses privados e egoísticos. A pátria é, em suma, o pressuposto e o limite da moralidade maquiavélica, um valor supremo que se deve defender ainda que seja com "ignomínia". (ESCOREL, 2014, p. 238)

Para Maquiavel o príncipe não deve medir esforços nem hesitar, mesmo que diante da trapaça ou embuste, se o escopo for o bem de seus súditos. Assim declara:

> Não deve, portanto, importar ao príncipe a qualificação de cruel para manter os seus súditos unidos e com fé, porque, com raras exceções, é ele mais piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, das quais podem nascer assassínios ou rapinagem. É que estas consequências prejudicam todo um povo, e as execuções que provêm do príncipe ofendem apenas um indivíduo [...] Não deve ser, portanto, crédulo o príncipe, nem precipitado, e não deve amedrontar-se a si próprio e proceder equilibradamente, com prudência e humanidade, de modo que a confiança demasiada não o torne incauto e a desconfiança excessiva não o faça intolerável. (MAQUIAVEL, 1979, p.70)

Aí está a novidade do governante no pensamento maquiaveliano. Ela foi o fator de escândalo e críticas da época. O secretário florentino define, de um lado, uma moral laica, de base naturalista, apartada da moral cristã tributária de Aristóteles[11] e, de outro, apresenta a autonomia da política, afastando-se de toda e qualquer questão moral. Na verdade, para Maquiavel não existiam meios *a priori* bons e meios *a priori* maus: considerando a política como uma técnica, ele só julgava os meios a *posteriori*, isto é, em função de sua eficiência prática, fosse para conservar e conquistar o poder, fosse para promover o bem da comunidade.

Desse modo o secretário florentino distingue o bom governante, que é impelido pela necessidade a fazer uso da violência em favor do coletivo, do tirano que age por capricho ou em prol de seus interesses particulares. A avaliação moral não deve ser feita antes da ação política segundo preceitos gerais e abstratos, mas a partir de uma situação particular avaliada em função do seu próprio resultado, já que toda a ação política objetiva a sobrevivência do grupo e não somente de alguns. Maquiavel enfatiza que os padrões da ética política devem ser revistos de acordo com as circunstâncias, sempre tendo o bem coletivo como fim. Sobre a moral própria do príncipe diz Skinner:

> Se os príncipes não devem se conduzir de acordo com os preceitos da moral convencional, como então devem se conduzir? A resposta de Maquiavel –o cerne de seu conselho positivo aos novos governantes- é dada no começo do capítulo 15. Um príncipe sábio será guiado acima de tudo pelos ditames da necessidade: "se deseja manter seu poder", ele deve estar sempre "preparado para agir imoralmente quando for necessário. Três capítulos adiante, repete-se essa doutrina básica. Um príncipe sábio faz o bem quando pode, mas, "se for necessário reprimir", ele "deve estar preparado para agir do modo contrário e ser capaz de fazê-lo". (SKINNER, 2012, p.55)

É, portanto, na crítica da experiência, no mundo real, na atualidade, que Maquiavel descobre que existe para cada situação uma ação conveniente. Na *veritá effetualle della cosa* (verdade pelo efeito das coisas) que o príncipe deve basear seu agir político. O agir do príncipe deve ser sempre orientada pela realidade dos fatos e não pelo "como deveria ser". É a necessidade que deve reger a ação do governante. Assim, diz Maquiavel, para manter-se no poder, o príncipe deve aprender a ser mal e que da maldade se sirva ou não conforme a

---

[11] Aristóteles (384 a. C. - 322 a. C.), nascido em Estagira, Grécia, foi um dos mais importantes e influentes filósofos da Antiguidade, cujo pensamento serviu de base para vários outros filósofos e inúmeros estudiosos, dada a amplitude de seus questionamentos e estudos. Para ele, a ética é a doutrina moral individual e a política é a doutrina moral social, uma indissociável da outra, sendo que as duas devem ter como objetivo a busca pela *eudaimonia* (felicidade) como condição última e objetivo principal da vida humana. A ação (individual e coletiva) deve ser resultado da reflexão moral e não deve ser condicionada a elementos externos. Segundo O Estagirita, somente o homem virtuoso, aquele capaz de agir segundo o bem, pautado pela amizade e justiça é capaz de alcançar a felicidade.

precisão. Eis a verdade efetiva e sempre soberana, que deve nortear a ação do príncipe realista.

4.2 A DEMONSTRAÇÃO DA *VIRTÚ* EM CÉSAR BÓRGIA

Em *O Príncipe* César Bórgia é um dos principais personagens que compõem a lista de exemplos históricos citados por Maquiavel. Sua ousadia parecia intrigar o autor, sua coragem inspirá-lo. Existe, certamente, inúmeras interpretações sobre os significados que esta grande figura da história italiana assumiu no pensamento maquiaveliano. Uma delas, a de René Guerdan, *César Bórgia: Le "prince" de Machiavelli* [12]chama nossa atenção. Já no início da obra Guerdan diz considerar que "os historiadores não reservaram um lugar adequado a César Bórgia", e talvez devido a isso o próprio título já sugira qual seria esse lugar na história apropriado a este ator político.

A admiração de Maquiavel pelo Duque Valentino referia-se à sua habilidade, mais especificamente à sua *Virtú*. Ainda que tenha assumido o poder pelo fato de ser filho do papa, permaneceu nele, conquistou e dominou com uma desenvoltura tão grande quanto sua derrocada. Tudo quanto um grande príncipe, tendo obtido o poder pelas graças da *Fortuna* e das armas alheias (no caso do duque, graças à fortuna e armas do pai), pode e deve fazer para manter-se em meio às dificuldades inerentes, e isso de acordo com Maquiavel César Bórgia o fez. No capítulo VII, *Dos principados novos que se conquistam com armas e com virtudes de outrem* o autor d'*O Príncipe* se julga no dever de demonstrá-lo.

> [...] César Bórgia, chamado pelo povo Duque Valentino, adquiriu o Estado com a fortuna do pai e sem esta o perdeu, não obstante houvesse feito tudo quanto devia fazer um homem prudente e valoroso a fim de que criasse raízes nos Estados que as armas e a força de outrem lhe haviam concedido.
> É que, como já disse acima, quem não prepara as bases antes, poderá fazer depois esse trabalho se tem grande capacidade, ainda que com aborrecimento para o arquiteto e perigo para o edifício. Se se considerarem, então, todos os progressos do duque, ver-se-á que ele traçou grandes alicerces para a sua futura potência. Não julgo que seja supérfluo discorrer a respeito, porque eu não saberia regras melhores para oferecer a um príncipe novo do que o exemplo das ações do duque. E se seu modo de agir não lhe aproveitou não foi sua culpa e sim por força de extremos reveses da sorte [...] (MAQUIAVEL, 1979, p. 28).

---

[12] Para aprofundar a visão do autor citado ver GUERDAN, René. *César Bórgia. Le "Prince" de Machiavel.* Paris: Gallimard, 1972.

Assim argumenta Bignotto sobre a escolha da trajetória do Duque Valentino pelo autor d'*O Príncipe*:

> César Bórgia interessa a Maquiavel porque foi o paradigma do príncipe que, partindo de condições favoráveis, teve de enfrentar os reveses da "fortuna". Sua função é paradigmática porque concentra os extremos da "fortuna" e os da "virtú". Feito governante pelas graças de seu pai eleito Papa, cedo aprendeu que a boa "fortuna" do começo não faria mais do que exacerbar as dificuldades do futuro. De um Estado conquistado com muita facilidade, passou a um mundo onde os obstáculos se multiplicariam na razão inversa da falta de raízes de sua obra. (BIGNOTTO, 1991, p. 143-144)

Ao ser favorecido pela *fortuna* César Bórgia começa uma série de atividades que demonstram sua *Virtú*. Mas, ao ser tocado por uma desventura imensa, sua *Virtú* não é capaz de lhe resistir definitivamente. Resultado: a queda, definitiva e cruel. É marcante o espaço ocupado pelo duque bem como seu papel como ator político. Destinado à carreira eclesiástica, larga-a para se tornar o conselheiro principal de seu próprio pai. Assume a Romanha e acaba notabilizando-se por suas atrocidades e suas conquistas. Ainda que tenha recebido do papa Alexandre VI o título de Duque da Romanha, César Bórgia mostra-se hábil em suas incursões, envolvendo-se de modo surpreendente com os que firmava acordos. Ridolfi nos relata algumas façanhas do Valentino.

> Depois de pedir passagem aos florentinos para ir à tomada de Piombino, entrou em seus territórios sem esperar a resposta , utilizou expressões benignas enquanto esteve fechado o caminho dos Apeninos, ásperas e insolentes assim que o passou. Queria, nada menos, que formassem uma liga com ele, que assumissem um compromisso com tropas como forma de pagar um grande tributo, que mudassem o governo por outro de preferência; e, para dar mais consistência a essas exigências, avançou com o exército até Campi, quase junto às muralhas da cidade. (RIDOLFI, 2003, p. 62)

No correr dos acordos, a que Maquiavel acompanhou de perto, um momento apresentou-se como crucial para firmar a carreira de César Bórgia e, não menos, para o aprendizado que o autor florentino parece ter tirado dele e apresentado mais tarde em *O Príncipe*. Refere-se a uma lista de ataques e conquistas bem-sucedidos à custa de maquinações traiçoeiras e muito perversas. As estratégias do Duque Valentino certamente Maquiavel tinha em mente ao redigir suas obras. Mais uma vez recorremos a Ridolfi, que nos relata a continuidade dos acontecimentos:

> O ataque a Arezzo tinha sido feito por uma parte das tropas ostensivamente reunidas para a tomada de Camerino. E Camerino ele atacava de fato enquanto o "seu homem" aguardava naquele ponto crucial. Depois, quando todos pensavam que o Duque Valentino tivesse completamente se voltado para tal empresa, subitamente, com incrível rapidez, "sem comer nem beber", voltou-se à de Urbino e com igual rapidez tomou a pequena cidade, tendo tido antes a astúcia de esvaziá-la de artilharia e de soldados, pedindo-os amistosamente de empréstimo para atacar Camerino, que de fato atacou logo depois com igual felicidade [...] (RIDOLFI, 2003, p. 65).

Nosso autor estava presente quando o Duque Valentino tomou a implacável decisão de substituir as tropas mercenárias por um exército próprio. Essa estratégia audaciosa exerceu um impacto decisivo na formação das idéias de Maquiavel. Desse modo podemos entender a admiração do secretário florentino pelo comando militar de César Bórgia e sua afirmação de que o melhor preceito a se oferecer a um novo governante que deseje a manutenção do Estado era o exemplo de conduta do duque.

> Bórgia é elogiado, em primeiro lugar, por ter reconhecido em primeiro lugar, por ter reconhecido sem hesitar que os chefes mercenários são perigosamente desleais e merecem ser impiedosamente destruídos. E Maquiavel lhe tece elogios ainda mais calorosos por ter aprendido a lição básica que todo novo príncipe precisa aprender, caso queira manter seu estado: deve deixar de confiar na Fortuna e nas armas estrangeiras, passando a montar exércitos próprios e se fazer "pleno senhor de suas armas". (SKINNER, 2012, p. 2012)

Maquiavel que, na condição de secretário a serviço do Conselho dos Dez [13]esteve envolvido em missões referentes aos movimentos do Duque Valentino, como ficou conhecido o filho do papa Alexandre VI, viajou em missões que tinham por objetivo encontrar e negociar diretamente com o duque. Nesse período Maquiavel registrou algumas de suas impressões aos magistrados do Conselho a que tinha por encargo redigir e, desse modo, informar. Foi a ele apresentado em uma de suas missões diplomáticas justamente para tentar afastá-lo do intento de invadir Florença. Nessa missão, no auge das conquistas de César Bórgia, temia-se que ele atacasse a cidade e para negociar com o duque foi indicado Maquiavel. Skinner nos relata as impressões do autor florentino diante do conquistador.

> A missão de Maquiavel na corte de Bórgia durou quase quatro meses, durante os quais ele manteve muitas conversas diretas com o duque, o qual parece ter condescendido em lhe expor suas linhas de ação e as

[13] O Conselho dos Dez foi, um dos principais órgãos do governo da República de Veneza responsável pela segurança do Estado, de 1310 até 1797. O Conselho era oficialmente encarregado da segurança da República e de preservar o governo de complôs e da corrupção.

> ambições por detrás delas. Maquiavel ficou profundamente impressionado. O duque, informou ele, é "de uma coragem sobre-humana", além de ser um homem de desígnios grandiosos, que "se considera capaz de alcançar qualquer coisa que queira". Além disso, suas ações são tão marcantes quanto suas palavras, pois "ele controla tudo pessoalmente", governa "com extremo sigilo" e, por conseguinte, é capaz de decidir e executar seus planos com uma rapidez devastadora. Em suma, Maquiavel reconhecia que Bórgia não era um simples *condottieri* arrogante, e sim alguém que "agora deve ser visto como um novo poder na Itália. (SKINNER, 2012, p.20)

Ao ser favorecido pela fortuna César Bórgia começa uma série de atividades que demonstram sua *Virtú*. Mas, ao ser tocado por uma desventura imensa, sua Virtú não é capaz de lhe resistir definitivamente. Resultado: a queda, definitiva e cruel. É marcante o espaço ocupado pelo duque bem como seu papel como ator político. Destinado à carreira eclesiástica, larga-a para se tornar o conselheiro principal de seu próprio pai. Assume a Romanha e acaba notabilizando-se por suas atrocidades e suas conquistas. Ainda que tenha recebido do papa Alexandre VI o título de Duque da Romanha, Como diz Skinner:

> Cada qual, escreve ele (Maquiavel), gosta de seguir sua tendência particular; um procede com cautela, outros com ímpeto; um pela violência, outro pela astúcia. Mas enquanto isso "os tempos e as circunstâncias mudam", de forma que o governante que "não muda seus métodos" acabará "por se lamentar". Mas a Fortuna não mudaria se o homem aprendesse a "modificar seu caráter para se adequar aos tempos e às circunstâncias". Assim, o príncipe bem-sucedido sempre será aquele que acompanha os tempos. (SKINNER, 2012, p. 56-57)

A *Fortuna* é vária de tal modo que o príncipe será bem sucedido se souber harmonizar seu proceder com as "características dos tempos". E, se as mudanças introduzidas nas circunstâncias presentes puderem ser compreendidas em tempo recorde pelo governante virtuoso e ele puder então ajustar suas ações a tais variações, manterá seu poder não obstante as eventuais desventuras próprias do mundo político. É somente nesse embate que o príncipe pode evidenciar suas qualidades e firmar-se como um governante de *Virtú*.

A *Virtú* que preservou o Duque Valentino no poder de forma gloriosa após a morte do papa não implica (e Maquiavel não nos conduz a esta perspectiva) o uso da violência pura e simples, nem os embustes efetivadas por César. Não podemos pensar que o encantamento de início do pensador florentino pela atuação de César ocorreu devido às traições ou crueldades que ele perpetrara. No capítulo XVIII, *De que forma os príncipes devem guardar a fé*, Maquiavel inicia afirmando que todos entendem "quanto seja louvável a um príncipe manter a

fé e viver com integridade, não com astúcia." (MAQUIAVEL, 1979, p. 73) Ele insiste que um governante não deve somente aparentar ser virtuoso, mas deve "realmente sê-lo" na proporção em que as circunstâncias o permitam. "[...] não partir do bem, mas, podendo, saber entrar para o mal, se isso estiver obrigado." (MAQUIAVEL, 1979, p. 74)

O juízo que se pode fazer à ação do governante, então, é unicamente o juízo de eficiência; um príncipe merece ser reverenciado quando fez o que devia fazer; quando, podendo, satisfez sua ambição e quando, não a podendo concretizar, conteve seus impulsos; quando, contudo, ele deixa de agir por necessidade, ou teimar em ir além do que permitem suas próprias capacidades lhe permitem almejar, arruinando seu Estado, merece o infortúnio. Esse, destaque-se, é o erro da famosa frase atribuída a Maquiavel - que, por sinal, não se encontra em nenhum lugar da obra do autor florentino - que diz que "os fins justificam os meios". Não se trata, aqui, de um caso de justificação, mas sim de necessidade. Seria melhor dizer que *os fins determinam os meios.*

Através da ação astuta e cruel de César Bórgia Maquiavel, de um modo radical, registra o fim do antagonismo entre ética e política, ao romper, em definitivo, com uma ética de valores transcendentes à realidade histórica do Estado. Na contramão o autor propõe uma ação política segundo as exigências do mundo concreto, desobedecendo assim aos imperativos de valores transcendentes. Já que, segundo ele, agir, muitas vezes, segundo o imperativo ético leva ao insucesso político, pois a atividade política, por sua dinâmica, impõe aos que a praticam uma maleabilidade adequada aos imperativos da realidade histórica, uma capacidade de adaptação e improvisação proporcional às variações frequentes da situação de fato a enfrentar. Observando de perto a realidade da prática política de seu tempo, Maquiavel descreve os fatos. Escolhe não ser um homem cindido. E isto faz seu pensamento inaceitável para todos, ou pelo menos para quase todos.

4.3 A FLEXIBILIDADE DO PRÍNCIPE DE *VIRTÚ*

Olhando o caso de César Bórgia constatamos que não se pode elaborar um plano infalível quando este se refere ao que é humano e, consequentemente, que não existe possibilidade de um plano indefectível no âmbito público ou, mais especificamente, no âmbito aqui trabalhado, o da política.

Ao se impor sobre o duque, a Fortuna mostrou seu poder sobre as coisas humanas, mas também a impossibilidade de se articular o futuro definitivamente ou de simplesmente seguir um protótipo predeterminado. As ações humanas se inserem na seara política mediada

pela possibilidade de mudança das circunstâncias. Diante da queda do Duque Valentino Maquiavel teve a chance de ver que não existe um modo definitivo de ação, livre de incertezas. Diz o secretário florentino no capítulo XVIII: "É necessário, por isso, que (o príncipe) possua ânimo disposto a voltar-se para a direção a que os ventos e as variações da sorte o impelirem." (MAQUIAVEL, 1979, p. 74) O governante virtuoso deve estar sempre atento aos sinais da Fortuna, pois conhecerá a decadência se, mudando o tempo e as coisas, não alterar seu agir. Argumenta Bignotto:

> Se o mundo está em eterna mutação, esse fato só é significativo por que os homens, incapazes de abandonar suas regras de conduta, são tragados pela força dos acontecimentos. O inimigo do homem não é, portanto, uma força misteriosa, mas sua própria "natureza", que não se adapta facilmente à maleabilidade do mundo e ao fluxo infinito do tempo. Ele (Maquiavel) conclui: "Por isso o homem cauteloso, quando é tempo de passar para o ímpeto, não sabe fazê-lo e, em consequência, cai em ruína, dado que se mudasse de natureza de acordo com os tempos e com as coisas, a sua fortuna não se modificaria." (BIGNOTTO, 1991, p. 148)

Parece legítimo ponderar que uma das diferenciações principais entre um modelo ideal de governo e uma proposta de governo realizável seja o fato de que uma proposta de modelo realizável considera a Fortuna e a possibilidade de variação das circunstâncias, assim como a necessidade de que o príncipe adapte suas atividades às novas exigências dos tempos. Um modelo ideal de governo, por sua vez, tende a ignorar as variações dos tempos, e justamente por isso acharia entraves maiores para se efetivar na história, haja vista que os tempos tendem a inserir mudanças para as quais ele tende a não estar preparado e, em consequência, não se sustentar. Afirma Maquiavel no capítulo XXV, *De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se deve resistir-lhe*:

> Mas, restringindo-me aos casos particulares, digo que se vê hoje o sucesso de um príncipe e amanhã a sua ruína, sem ter havido mudança na sua natureza, nem em algumas de suas qualidades. Creio que a razão disso, conforme o que se disse anteriormente, é que, quando um príncipe se apoia totalmente na fortuna, arruína-se segundo as variações daquela. Também julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder. (MAQUIAVEL, 1979, p. 104)

Como a única certeza que temos da *Fortuna* é que ela mudará as circunstâncias, seria imprudente que o governante não levasse em conta a possibilidade de eventuais mutações. Enquanto elas não acontecem, o príncipe pode e deve refletir sobre suas ações políticas,

considerando o exemplo dos antigos e adaptando seus feitos através do emprego de sua *Virtú* de forma que domine com ímpeto a Fortuna, a *bona dea* pronta a distribuir suas dádivas aos governantes que conseguem deter sua fúria: honra e glória.

> Assim, a obtenção de honra e glória mundana é o mais alto fim para Maquiavel, tal como para Lívio e Cícero. No último capítulo de *O príncipe*, ao indagar se a condição da Itália permitiria sucesso a um novo governante, para ele a pergunta equivale a indagar se um homem de *virtú* pode esperar "moldá-la numa forma que lhe traga honra." E quando expressa sua admiração por Fernando de Espanha - o estadista contemporâneo que mais respeita - , a razão apresentada é que Fernando fez "grandes coisas" que o tornaram "o rei mais famoso e glorioso da Cristandade." (SKINNER, 2003, 45-46)

De acordo com os autores clássicos Maquiavel aponta a *Virtú* como aquela qualidade que permite a um príncipe enfrentar os golpes da Fortuna, atrair as benesses da deusa e se elevar, em consequência disso, aos cumes da fama de governante bem sucedido, conquistando honra e glória para si e segurança para o governo. Nosso autor reitera a visão humanista das relações entre *Virtú*, *Fortuna* e consecução dos objetivos políticos. No capítulo VI de *O Príncipe*, *Dos principados novos que se conquistam pelas armas e nobremente* declara que "nos principados novos, governados por príncipes novos, na luta pela conservação da posse, as dificuldades estão na razão direta da capacidade de quem os conquistou." (MAQUIAVEL, 1979, p. 23) Essa afirmação é confirmada mais adiante no capítulo XXIV, *Por que os príncipes da Itália perderam seus Estados*. Maquiavel insiste que eles não devem pôr a culpa pelos insucessos na Fortuna porque ela apenas exibe sua força quando os homens de *Virtú* não estão preparadas para resistir a ela.

> Assim, esses nossos príncipes que possuíram, por muitos anos, seus principados, para depois perdê-los, não acusem a sorte mas sim a sua própria ignávia: porque não tendo nunca nas boas épocas pensado em que os tempos poderiam mudar [...], quando vieram os adversos, pensaram em fugir e não em defender-se [...]. (MAQUIAVEL, 1979, p. 102)

Enfim, ao príncipe que deseja se firmar em suas conquistas cabe o exercício pleno de sua capacidade de lidar com o mundo enquanto autor de seu próprio fado. Agindo assim, o governante de *Virtú* obterá o domínio sobre a volubilidade da *Fortuna*. Nesse sentido são interessantes as observações do secretário florentino em carta a Giovan Soderini, por ocasião do avanço das tropas do papa Júlio II, sobre os motivos da vitória e da derrota nos assuntos civis e militares: "A natureza deu a cada homem um talento e um inspiração particular", que

"controlam cada um de nós". Mas "os tempos são variáveis" e "sujeitos a mudanças constantes", de forma que "aqueles que não conseguem alterar sua maneira de proceder" estão fadados a encontrar "ora a boa, ora a má Fortuna". A moral é clara: se um homem deseja "gozar sempre de boa Fortuna", deve "ser sábio o suficiente para se adequar aos tempos". De fato, se cada qual assim "comandasse sua natureza" e "emparelhasse seu procedimento com a época", então "se tornaria realmente verdade que o sábio pode governar as estrelas e o destino".

CONCLUSÃO

Qualquer tentativa de compreensão do pensamento político maquiaveliano, como a que fizemos ao longo dessas páginas, deve considerar que há uma íntima relação entre ele e o contexto histórico em que se situa, supondo a influência do meio social, político e cultural da Itália renascentista. Uma leitura que despreze essa constatação poderá acarretar graves danos no entendimento do que realmente Maquiavel quis transmitir n'*O príncipe*.

Em suma, a biografia do autor revela um cenário de disputas políticas entre as cidades-Estados italianas cuja unidade e liberdade estavam ameaçadas constantemente por guerras e invasões externas. Para que o país vivesse na paz e segurança era necessário um governante capaz de conseguir e manter o poder em suas mãos. Daí Maquiavel, desejoso da unidade italiana e amparado em sua vasta experiência política obtida através dos trabalhos na Segunda Chancelaria da república de Florença elabora *O príncipe* onde põe no papel as estratégias que o governante que deseja ser bem sucedido alcance a estabilidade. Para isso deve reinar com *Virtú*, ou seja, agindo de modo adequado nas situações adequadas, empregando os meios de acordo com as necessidades que se lhe impunha. Assim dominaria com vigor e astúcia a imprevisibilidade da *Fortuna*, o Acaso que nem sempre somos capazes de prever e deter seu movimento impetuoso. O príncipe de *Virtú* não deve recear tomar medidas consideradas imorais pela maioria se o objetivo é o bem coletivo. A necessidade irá ser o critério da ação nos negócios públicos.

Fato é que Maquiavel analisou a prática política de forma singular, revelando suas características e exigências próprias como nenhum outro. Mas sua formulação pára no meio do caminho da solução do problema da relação entre Ética e Política. Embora sua visão realista da condução dos negócios públicos seja pertinente, devemos pôr em questão até que ponto o modelo de ação política proposto atende aos anseios mais profundos dos cidadãos, vistos também em sua humanidade, para que a vida do homem não se reduza a uma cruel competição pelo poder.

Longe de oferecer uma resposta definitiva à questão, o presente trabalho acadêmico pretende lançar uma reflexão sobre as atitudes tomadas por cada ser humano no exercício da política em seu sentido mais amplo e suas consequências

REFERÊNCIAS

ABAGNANNO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMES, José Luiz. **Verdade efetiva e participação política em *O príncipe* de Maquiavel.** In: ADVERSE, Helton. (Org.) Reflexões sobre Maquiavel. 500 anos de O príncipe. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano.** São Paulo: Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel.** São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2003..

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Agir, 1973

DIAS, Caio Graco Pinheiro. *Virtú, fortuna e moral em O príncipe de Maquiavel.* **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.** Vol. 99,2004. Pp. 879-913. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/> Acesso em: 12 de março de 2017.

ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Coleção Os pensadores. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

OLIVEIRA, José Aparecido de. *Virtú e Fortuna: racionalismo e agir político na obra O Príncipe, de Maquiavel.* **Revista Prisma Jurídico**. Vol. 11, núm: 1,. Janeiro-junho de 2011, pp. 101-124. Disponível em: < http://www.redalyc.org/> Acesso em: 12 de março de 2017.

RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Tradução de Nelson Canabarro.. São Paulo: Musa Editora, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. **A glória**. In: CARDOSO, Sérgio... [et al.]. Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Livro 3. Tradução de Hugo Langone Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SOUSA, Flávia Roberta Benevenuto de. **Maquiavel e o caso César Bórgia**. In: ADVERSE, Helton. (Org.) Reflexões sobre Maquiavel. 500 anos de *O príncipe*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

STRAUSS, Léo. CROPSEY, Joseph. **História da filosofia política**. Rio de Janeiro: Forense, 2013

VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. **Escritos de Filosofia IV-Introdução à Ética Filosófica**. SÃO Paulo: Edições Loyola, 1999.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel.** Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: LPeM, 2012.

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de Estado e de poder politico em Maquiavel. **Revista Tempo da Ciência.** Primeiro semestre, 2006, pp.117-128. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/> Acesso em: 12 de março de 2017.